

Autor: Carvalho

Menés: o primeiro rei do Antigo Egipto



“Parecia que a organização necessária para empreender a reforma e a irrigação da terra em larga escala só seria possível depois de se ter projectado a máquina política, que é um governo centralizado sob um único rei. Crê-se, segundo a tradição, que Menés foi o responsável pela construção das represas do Nilo para controle das águas das inundações. É provável que a unificação do Egipto e a transformação dramática que ocasionou na coordenação e aceleração de todas as várias empresas comunais parecesse, em retrospectiva, milagrosa. A realeza e a prosperidade da terra seriam, então, indivisíveis.” (ALDRED, 1970:

50).

Quem foi Menés? Como se soube que foi o primeiro rei do Antigo Egito? Como foi o seu reinado? São as questões de que nos ocuparemos a responder nas próximas linhas, tendo este ensaio por mote a citação de Cyril Aldred (1970).

De acordo com as fontes históricas conhecidas – as inscrições tumulares de Nagada e de Abidos, a iconografia da paleta de Hieracômpolis e o testemunho do sacerdote Manetón (época ptolemaica) – terá existido uma personalidade régia de nome Menés ou Narmer^[1], que unificou os territórios do Alto Egito (Sul) e do Baixo Egito (Norte), e que terá sido responsável pela fundação da 1ª Dinastia, à qual sucederiam 3000 anos de história. É a partir daqui que se faz a primeira divisão crono-cultural da história política do Antigo Egito, intitulada de período arcaico (3000-2635 a.C.), ou, se preferirmos, de período tinita, designação que deriva do nome da primeira capital onde se centralizou o poder político: This ou Thinis.

O governo de Menés foi uma monarquia absoluta e teve por símbolo o *pschent*, uma coroa composta pela combinação das duas anteriormente existentes; a coroa Branca Hedjet do Alto Egito e a coroa Deshret Vermelha do Baixo Egito. A monarquia também funcionava como uma doutrina religiosa, pois o faraó era descendente divino e era também ele uma divindade, o Hórus encarnado. Todos estes factos se tornaram inerentes às dinastias seguintes.

Em termos administrativos, o faraó terá exercido uma política agregadora e conciliadora sobre os “nomos”, pequenas divisões administrativas do poder local advindas do enquadramento territorial anterior, que agora integravam o Egito unificado. Só um governo autónomo, coeso e devidamente hierarquizado é que permitiria ao faraó garantir a estabilidade política interna e fazer face às necessidades e adversidades do reino.

No plano militar, o combate aos núbios a sul, aos líbios a oeste e aos beduínos do Sinai a leste, terá sido das principais preocupações da I e II dinastias, mas apenas defensivamente e sem intenções expansionistas, pois a prioridade dos faraós terá sido a de assegurar as fronteiras, evitando a infiltração e perturbação destes povos nos domínios egípcios. De qualquer forma, subjacente ao carácter essencialmente defensivo destes empreendimentos estaria a ideia de que o cidadão egípcio era superior a outros grupos humanos, o que revelava uma forma de identificação social entre os povos que compunham o reino unificado do Egito.

O desenvolvimento técnico da época tinita revelou-se na arquitectura com estruturas de complexidade surpreendente, como as represas e os sistemas de rega, conforme descreve Cyril Aldred (1970). Estas construções potenciaram o sucesso agrícola, principal sistema económico e de subsistência do Antigo Egito. Assegurar a sua prosperidade e abundância também afirmava e assegurava o poder faraónico, assim justificando a união dos reinos.

No plano cultural os Egípcios desenvolveram um sistema de escrita que permitiu ao governo central registar, organizar, veicular e arquivar a sua comunicação, bem como difundir informações ou

conhecimentos dentro do reino (técnicos, religiosos, científicos). Sem a escrita não teria sido possível atingir um desenvolvimento tão célere e característico desta civilização, porque a informação não tendo nenhum suporte palpável, duradouro e legível pelas classes políticas e intelectuais, torna-se frágil, dispersa-se ou perde-se.

Ainda no plano cultural, os Egípcios conceberam um calendário solar de 12 meses e 30 dias, e desenvolveram os mitos das origens do Cosmos e da Humanidade, dos quais se generalizou o de Osiris, um deus relacionado com a fertilidade, o comércio e a vida além-túmulo. Deste modo, com uma crença enraizada na ressurreição da alma, que só viveria enquanto o corpo terreno existisse, o culto dos mortos difundiu-se aliado à prática da mumificação.

Em suma, a importância da acção unificadora de Menés permitiu ao Egito atingir um nível de desenvolvimento político, cultural e económico avançado, característico desta civilização, que de outro modo não teria sido possível, pois, faltariam os bens essenciais providenciados pela estabilidade, abundância e coordenação de interesses promovidos pela sua “máquina política” centralizada.

Bibliografia

ALDRED, Cyril – *O Antigo Egito*. Lisboa: Verbo, 1970.

TAVARES, António Augusto – *Civilizações Pré-Clássicas*. Documento Pdf. Manual de História das Civilizações Pré-Clássicas. 1º ciclo em História. Acessível na Plataforma de E-Learning da Universidade Aberta.

[1] A paleta de Hieracômpolis apresenta o nome do soberano como Narmer (*Nar* de peixe e *Mer* de cinzel), nome pelo qual também ficou conhecido.

Data de Publicação: 16-12-2019